

HABEAS CORPUS Nº 512.142 - SP (2019/0149566-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : ALVARO DOS SANTOS FERNANDES
ADVOGADO : ÁLVARO DOS SANTOS FERNANDES - SP230704
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS ALBERTO SALES (PRESO)
PACIENTE : LAIRE ANTONIO NEVES FELTRIN (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de **CARLOS ALBERTO SALES** e **LAIRE ANTONIO NEVES FELTRIN**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se dos autos que o paciente Carlos Alberto foi condenado pela prática, por duas vezes, do crime previsto no art. 121, § 2º, I e IV, c/c o art. 29, na forma do art. 69, todos do Código Penal, sendo-lhe cominada pena privativa de liberdade de 35 (trinta e cinco) anos de reclusão, em regime inicial fechado (e-STJ, fls. 43-60).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação perante o TJSP, que negou provimento ao recurso defensivo em decisão assim ementada:

"PROCESSO PENAL. Nulidade. Teses variadas. Alegações de cerceamento de defesa, indevida influência sobre o conselho de sentença por manifestação organizada de parentes e amigos e, ainda, parcialidade dos jurados. Inocorrência de qualquer vício que prejudicasse a defesa dos réus ou violasse o devido processo legal. Rejeição.

JÚRI. Duplo homicídio qualificado. Conduta de matar os genitores de seu desafeto, por motivo torpe e com emprego de recurso que impossibilitou a defesa das vítimas. Configuração.

Materialidade e autoria demonstradas. Pretendida anulação do julgamento por ser o veredito manifestamente contrário à prova dos autos. Inadmissibilidade. Opção dos jurados pela tese acusatória, demonstrada por robusto conjunto probatório.

Negativa isolada de autoria. Versão infirmada pelo depoimento de testemunha presencial e por relatório com histórico de chamadas telefônicas entre os agentes envolvidos no horário do crime.

Localização revelada pelo sinal de telefonia celular. Indicativos de que os réus estavam no local dos fatos e mantiveram comunicação entre si. Depoimentos de policiais militares sobre contatos com familiares do corréu CARLOS que confirmam seu envolvimento.

Condenação resultante do poder de escolha do Conselho de Sentença. REPRIMENDA. Elevação da pena-base justificada pela segunda qualificadora e pelos maus antecedentes do corréu CARLOS. Agravante da reincidência. Concurso material.

Pretendido reconhecimento da participação de menor importância em favor do corréu EMERSON. Inadmissibilidade. Tese não invocada em

plenário. Penas dosadas com critérios. Manutenção.
Regime prisional fechado. Desprovemento dos apelos defensivos."
(e-STJ, fl. 44).

Opostos embargos declaratórios, foram os mesmos rejeitados. Eis a ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Oposição contra acórdão.
Alegada contradição e omissão. Inexistência de vício sanável pela via dos embargos. Coerência entre as proposições do acórdão.
Decisão explícita quanto à valoração de todos os elementos de convicção produzidos ao longo da persecução penal. Motivação suficiente ao desprovemento do apelo do embargante, que pretendia a anulação do julgamento por cerceamento de defesa ou por ser o veredito manifestamente contrário à prova dos autos.
Pena confirmada. Aceno, sem qualquer fundamentação, à ocorrência de concurso formal entre os homicídios. Prevalência dos fundamentos do acórdão embargado. Rejeição." (e-STJ, fls. 69).

Neste *writ*, o impetrante alega, em síntese, que "Após a condenação do paciente Carlos, e enquanto tramita a ação penal em relação ao paciente Laire, a defesa acabou por obter novas provas que evidenciam que a testemunha acima identificada, faltou com a verdade nos seus depoimentos, tanto na fase investigativa, quanto em juízo, de modo a evidenciar que os pacientes foram enredados naqueles crimes por vingança por parte daquela testemunha (Carlos tinha desavenças com Fábio e Laire tinha relação de amizade com Carlos), razão pela qual, os pacientes encontra-se preso de forma completamente ilegal desde 26 de outubro de 2015 e 09 de dezembro de 2014, respectivamente." (e-STJ, fl. 5).

Aduz que "os pacientes encontram-se presos e o pedido formulado pela defesa é de extrema relevância, uma vez que as provas novas angariadas e agora acostadas aos autos, são elementos suficientes para a causa de anulação das ações penais destacadas, de modo que entendemos que a apreciação dos pedidos defensivos junto ao Tribunal de Justiça Paulista, merecia apreciação com a celeridade e urgência necessária, sendo certo, entretanto, que até a presente data o petitório da defesa não foi apreciado." (e-STJ, fl. 16).

Requer a concessão de liminar para que sejam suspensas as ações penais em que os pacientes são réus e a expedição de soltura em seu favor. No mérito, pugna pela anulação das ações penais para que se proceda a novas investigações para esclarecimento dos fatos.

Liminar indeferida (e-STJ, fl. 363).

Parecer do Ministério Público Federal pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 367-371).

É o relatório.

Decido.

Não merece conhecimento a presente impetração.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado

Superior Tribunal de Justiça

Na espécie, não se observa flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus*, de ofício.

Os impetrantes alegam manifesta ilegalidade em razão de ato coator proferido em desfavor dos pacientes CARLOS ALBERTO SALES e LAIRE ANTONIO NEVES FELTRIN.

No entanto, observa-se dos autos que na sentença condenatória acostada às fls. 36-42, (e-STJ), bem como no acórdão proferido nos autos da Apelação nº 0016261-56.2014.8.26.0032 (e-STJ, fls. 43-60), ora impugnado, apenas constam como partes os réus CARLOS ALBERTO SALES e EMERSON FERREIRA DE BRITO, de forma que se mostra impossível a análise de ilegalidade perpetrada contra o paciente LAIRE ANTONIO NEVES FELTRIN, o qual, segundo informa o impetrante, interpôs Recurso em Sentido Estrito da decisão que o pronunciou, motivo pelo qual os autos foram desmembrados (Ação Penal nº 0017959- 29.2016.8.26.0032), e encontra-se ainda em fase de alegações finais.

Assim, deixo de conhecer deste *mandamus* em relação ao paciente Laire.

Quanto ao paciente CARLOS ALBERTO SALES, observa-se que as suas alegações relativas às novas provas obtidas após o julgamento pelo Conselho de Sentença que comprovariam que o paciente não participou da empreitada criminosa não foram objeto de análise pela Corte estadual no acórdão da apelação, o que impossibilita a sua análise por este Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância.

A propósito, os seguintes julgados desta Corte:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEFINIÇÃO DO JUÍZO ESTADUAL PARA DECIDIR QUESTÕES URGENTES. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Este habeas corpus foi impetrado contra o decreto prisional de primeiro grau, sem nenhuma manifestação do Tribunal a quo, ocorrendo, assim, indevida supressão e instância (art. 105, II, "a", da Constituição Federal).

2. A pendência do processamento do conflito negativo de competência entre

a Justiça Federal e Estadual não atrai a incidência do art. 105, I, "c", da Constituição Federal (julgamento originário de habeas corpus pelo Superior Tribunal de Justiça). Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 372.837/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 02/05/2017)

"HABEAS CORPUS. (...) MATÉRIAS NÃO ANALISADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MANIFESTO CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

(...)

6. Inviável a análise, diretamente por este Superior Tribunal, de matérias não analisadas pela Corte de origem, sob pena de, assim o

fazendo, incidir na indevida supressão de instância.

7. Habeas corpus não conhecido."

(HC 279.802/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 05/05/2014)

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...) NULIDADES. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. (...) NÃO CONHECIMENTO.

1. Se as apontadas nulidades no trâmite processual - informações anônimas, ausência de fundamentação para o recebimento da denúncia, revelia, vício na oitiva de testemunha e impropriedade no laudo pericial -, deixaram de ser questionadas e debatidas perante a Corte originária, não merece conhecimento o writ nestes pontos, sob pena de supressão de instância. Precedentes.

(...)

7. Recurso ordinário conhecido em parte e, nesta extensão, não provido." (RHC 42.294/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 22/04/2014, DJe 05/05/2014)

Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verifica-se que foram julgados todos os embargos de declaração opostos contra a apelação, considerando as questões ora levantadas pela defesa, nos termos da seguinte ementa:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Oposição contra acórdão que deixou de analisar pretensão anulatória em petição protocolada em apartado após oposição dos segundos embargos. **Inexistência do vício da omissão. Impossibilidade de se anular o processo ou determinar a conversão do julgamento em diligência para buscar novas provas. Superação da fase de cognição do recurso interposto. Veredito condenatório fundado em provas concretas. Inocorrência de contrariedade entre a decisão e o conjunto probatório. Rejeição.**"

Com feito, a análise da tese de negativa de autoria exige o revolvimento do conteúdo fático-probatório, o que é inviável na via do *habeas corpus* (RHC 107.476/GO, de minha relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 27/05/2019; HC 525.907/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2019, DJe 24/10/2019).

Ante o exposto, **não conheço** do presente *habeas corpus*.

Prejudicado o pedido de reconsideração de fls. 375-781 (e-STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator